

## A CONTABILIDADE GOVERNAMENTAL E A TEORIA DOS CICLOS POLÍTICOS: UMA ANÁLISE EMPÍRICA FISCAL E CONTÁBIL SOBRE OS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO 1998 / 2006

**Kleber Vasconcellos de Oliveira**

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

[kleber.uerj@ig.com.br](mailto:kleber.uerj@ig.com.br)

**Frederico Antonio Azevedo de Carvalho**

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

[fdecarv@msn.com](mailto:fdecarv@msn.com)

### RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar o comportamento das prefeituras fluminenses, a fim de detectar eventuais “comportamentos cíclicos”, nos gastos públicos e suas inter-relações com o calendário eleitoral. Através de uma abordagem contabilométrica de dados em painel, analisamos rubricas específicas do Orçamento e Balanços públicos municipais entre 1998 e 2006, a fim de detectar possíveis manipulações de caráter eleitoral executadas pelos governantes. Os resultados sugerem que, para os municípios do estado do Rio de Janeiro, o calendário eleitoral exerce influência (estatisticamente) significativa sobre o comportamento dos prefeitos, mesmo descontando o efeito específico de cada município (a localização geográfica, por exemplo). Os resultados também sugerem que os prefeitos realizam *superávits* financeiros nos anos anteriores às eleições para “descarregar” este excesso no ano eleitoral. No que tange à inscrição em restos a pagar, os resultados sugerem uma preocupação dos prefeitos candidatos à reeleição com o ônus das dívidas contraídas (ou mesmo com as exigências da LRF), tornando-se fiscalmente mais conservadores. A coincidência partidária entre o prefeito e o presidente e/ou governador apresenta uma relação inversa (à exceção das despesas na rubrica “Transportes”), ou seja, pertencer ao mesmo partido destes significa uma redução dos gastos municipais, indicando uma espécie de “pacto de ajuste fiscal” entre estes níveis de governo.

**Palavras-chave:** Contabilidade governamental. Ciclos políticos. Contabilometria.

Área Temática: Contabilidade Governamental e do Terceiro Setor

## 1- INTRODUÇÃO

É crescente a exigência da sociedade para que o governo demonstre os resultados de suas “formas de governar”, maximizando assim os níveis de transparência, um dos pilares da Lei de Responsabilidade Fiscal. Em sintonia com as demandas sociais pela maior transparência, a Contabilidade, como ciência e como prática profissional, vem assumindo seu papel de intermediador da comunicação entre o governo e os interessados nas informações públicas (cidadãos, empresas...). A divulgação de informações mais claras, mais confiáveis e mais transparentes caracteriza uma legítima preocupação dos tomadores de decisão, pois os diversos agentes que interagem com o Governo estão cada vez mais interessados na correta aplicação dos seus tributos. A chamada *accountability* das ações governamentais ultrapassa os mandatos dos eleitos, porque sem informações confiáveis, relevantes e oportunas não é possível ativar os mecanismos de responsabilização ao longo do tempo.

Atualmente, já há um certo consenso de que os resultados de eleições estão diretamente influenciados pelo desempenho da economia em um país. Às vésperas de uma eleição, um governante dificilmente anunciaria medidas que poderiam “desagradar” os eleitores, como aumento de impostos ou uma desvalorização cambial. As primeiras discussões sobre o comportamento dos *policymakers* frente ao calendário eleitoral surgiram com os trabalhos de Kalecki (1943), Akerman (1947) e Downs (1957) que podem ser considerados como uns dos pioneiros na tentativa de buscar modelos formais que explicassem o impacto dos fatores políticos na economia. Esta linha de pesquisa, conhecida como Teoria da Escolha Pública (TEP) tem como principais ícones James Buchanan e Joseph Schumpeter. Mas foi na década de 1970 que se intensificaram estas discussões, com os chamados ciclos político-econômicos *tradicionais* oportunistas e ideológicos (ou partidários). Já na década de 80, surgiram os chamados ciclos político-econômicos *racionais* oportunistas e ideológicos.

De acordo com Bittencourt (2002): “...essa divisão em *tradicionais* e *racionais* expressa também a própria evolução histórica da teoria do ciclo político econômico, já que, principalmente ao longo da década de 80, os modelos passaram a ser criticados com base na hipótese das expectativas racionais, passando a partir de então a incorporar a inovação”. Portanto, as teorias dos ciclos políticos focam suas atenções nas decisões (econômicas e/ou políticas) a serem tomadas pelos governantes de forma a induzir sua permanência no poder, manipulando instrumentos de política econômica e/ou fiscal, com fins de promoção pessoal e/ou partidária.

No entanto, apesar do grande espaço de manobra do governante, esse incentivo à distorção fiscal pode ser reduzido, pois de um lado estão os benefícios de permanência do poder, tendo em vista que serão usufruídos pelo próprio político reeleito, ou pelo seu sucessor (do mesmo partido). Por outro lado, esses mesmos benefícios devem ser vistos com certo ceticismo, pois os *policymakers* devem considerar os efeitos negativos futuros de suas próprias políticas (inflação/desemprego). Para Nakaguma (2006): “A questão reside em se determinar qual entre duas forças contrárias tem prevalecido: se o oportunismo eleitoral, que estimula o governante a adotar políticas expansionistas com o intuito de elevar a probabilidade de se reeleger, ou se o controle político exercido pelo eleitorado, que restringe o uso discricionário e de finalidade meramente “eleitoreira” dos instrumentos políticos. A primeira tendência é enfatizada pelos modelos de ciclos eleitorais oportunistas, enquanto a segunda é ressaltada pelos modelos de controle eleitoral”.

Neste sentido, o problema que irá nortear o presente trabalho com base na análise dos municípios fluminenses entre 1998 e 2006 é: existem evidências empíricas de manipulações “eleitoreiras” nos municípios do estado do Rio de Janeiro? Caso sejam detectadas evidências de ciclos políticos, onde elas se mostram mais evidentes? Quais as variáveis que mais sofrem influências (aumento ou diminuição) na gestão dos *policymakers*?

O determinado tema se justifica pela importância do Rio de Janeiro no cenário político e econômico do país, além de contribuir para a literatura já existente a respeito do tema ciclos políticos. Até então não se tem conhecimento de estudo semelhante que analise especificamente os municípios fluminenses, apesar de alguns estudos analisarem os municípios brasileiros de forma geral. Acrescente-se a esta justificativa a inclusão de dados da Contabilidade Governamental, até então utilizados muito raramente para tal análise.

Inicialmente, abordamos o arcabouço teórico que envolve tema, em especial os principais modelos que tentam explicar os ciclos econômicos causados por questões políticas. Em seguida, abordamos a coleta de dados e a metodologia estatística utilizada na pesquisa. Analisamos os resultados encontrados a partir da extração dos dados coletados e, por fim, fazemos nossas conclusões e considerações finais.

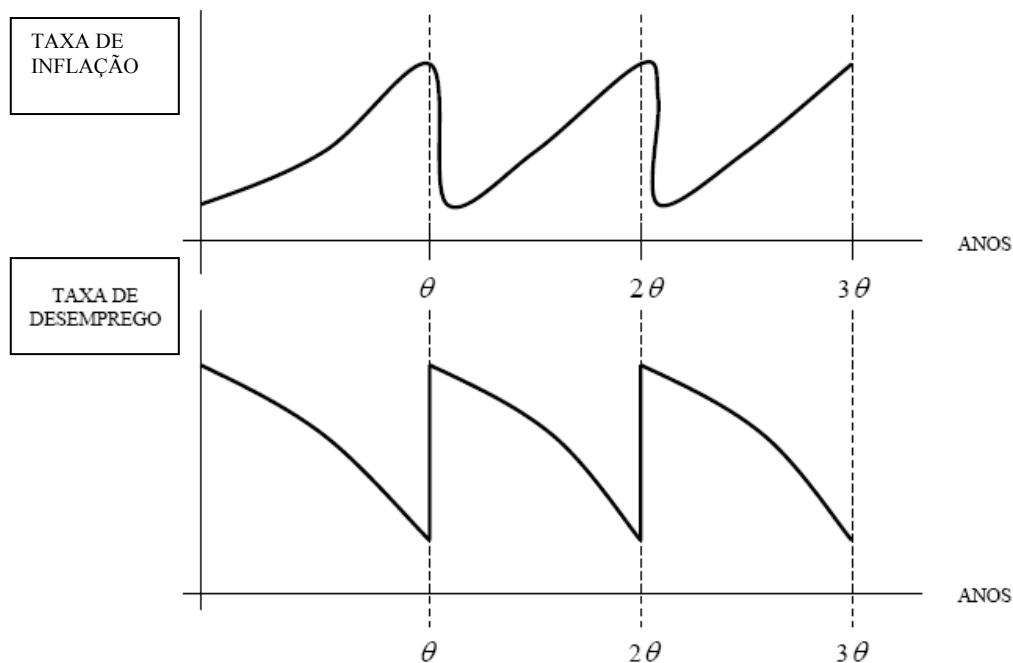
## 2- REFERENCIAL TEÓRICO

A literatura sobre os ciclos político-econômicos procura analisar de que forma a ideologia dos governantes e o seu desejo de serem reeleitos influenciam a evolução da economia. Há um certo consenso na literatura de que foi o trabalho de Nordhaus (1975) um dos pioneiros na temática dos ciclos políticos. Segundo o autor, os políticos são do tipo “oportunista”, pois eles estimulariam a economia nas vésperas das eleições a fim de aumentar a sua probabilidade de reeleição. Logo após, procuram eliminar a inflação resultante desta manipulação gerando uma fase de recessão econômica. Para Veiga e Veiga (2004), este modelo (*Political Business Cycles Theory*) admite expectativas adaptativas (ou sem expectativas racionais), o que permite aos governantes escolherem a sua combinação preferida (dos eleitores) de inflação e desemprego ao longo da curva de Philips e enganarem sistematicamente o eleitorado antes das eleições. Portanto, os eleitores, segundo Nordhaus, são considerados “míopes” e retrospectivos, pois teriam memória curta em relação a questões macroeconômicas, tomando suas decisões com base no passado. Neste modelo, conforme o gráfico 1, a desutilidade marginal do desemprego, para o eleitor, é maior que a desutilidade marginal da inflação.

Questionando a abordagem sugerida por Nordhaus, o trabalho de Hibbs (1977) incorpora a variável “ideologia partidária”, considerando que os partidos políticos querem se manter no poder e implementar as suas ideologias, ou seja, o autor considera que cada partido político tentará implementar políticas que visem beneficiar aquele determinado grupo de eleitores que o apoiou (valendo-se também do instrumental da curva de Philips). Desta forma, conforme o gráfico 2, os partidos de direita (ligados às classes mais abastadas) teriam maior aversão à inflação, enquanto que os partidos de esquerda (ligados às classes mais desfavorecidas) teriam maior preocupação com o combate ao desemprego, mas não negando a importância de ambas as variáveis para os partidos. Portanto, um partido de direita tende a se deslocar para a direita da curva de Philips (reduzindo a taxa de inflação, mas aumentando a taxa de desemprego - ponto C), *mutatis mutandis*, para os partidos de esquerda (ponto B). Assim, na proposta considerada em Hibbs (1977), os políticos, uma vez no poder, tentam favorecer os grupos da população que os elegeram, o que os leva a ter objetivos diferentes (partidos de esquerda *versus* partidos de direita) quanto à evolução das variáveis econômicas.

Seguindo esta mesma linha, Borsani (2003) conclui que, na América Latina (no período 1979-1998), a taxa de desemprego observada durante governos de esquerda e de centro foi relativamente inferior àquela observada durante governos de direita, confirmando o previsto, empiricamente, por Hibbs (1977). Entretanto, a influência ideológica não é observada na variação do PIB e na inflação, já que o autor constatou empiricamente que no ano posterior às eleições acontece um menor crescimento do PIB e um aumento do desemprego e do percentual de inflação independentemente da ideologia de governo.

Gráfico 1



Fonte: Preussler e Portugal (2002)

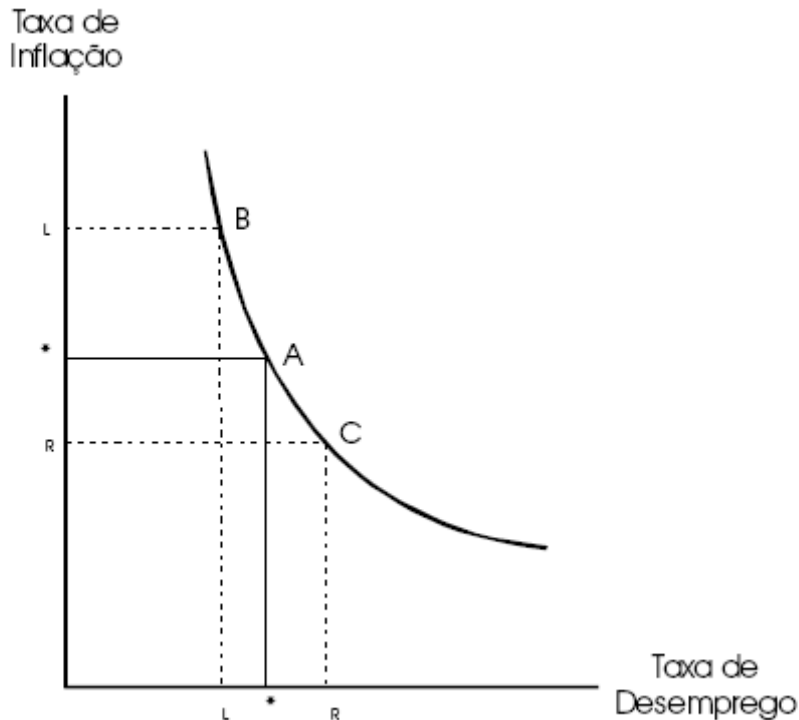
Impulsionado pelos ideais da Hipótese das Expectativas Racionais nas Ciências Econômicas (e também pela Teoria dos Jogos), os estudos, a partir de meados da década de 1980, passam a levar em consideração a possibilidade de eleitores “racionais”. Os eleitores não são mais vistos como ingênuos (para alguns autores, como “irracionais”) ou até mesmo como incapazes de aprender com os próprios erros, tendo, agora, conhecimento do funcionamento da economia, não mais baseando seus votos a partir da performance passada da economia. Agora, de acordo com Preussler e Portugal (2002) que citam a questão da inconsistência intertemporal de políticas ótimas proposta por Kydland e Prescott (1977): *Uma vez que o eleitor tenha presenciado um ciclo político-econômico, não será mais ludibriado por políticos oportunistas, pois sabe que um aumento da atividade econômica no período pré-eleitoral será seguido por uma elevação do nível de preços e recessão após as eleições.* Os eleitores, agora, analisam a competência do governante a partir de sua maneira de administrar a máquina pública. O *policymaker* estaria, então, preocupado em sinalizar o seu “tipo” para o eleitorado, manipulando os instrumentos de política macroeconômica ou os instrumentos de política fiscal.

É neste contexto que se destacam os trabalhos de Cukierman e Meltzer (1986), Rogoff e Sibert (1988), Persson e Tabellini (1990) e Rogoff (1990). Surge então uma segunda fase da teoria dos ciclos políticos (agora denominados *Political Budget Cycles Theory*) em que os *policymakers*, agora preocupam-se em demonstrar suas competências administrativas através de manipulações das políticas públicas (o que um governante incompetente seria incapaz de fazê-lo).

Apesar de a literatura internacional sobre ciclos político-econômicos ser já bastante extensa, a maioria dos trabalhos empíricos analisa o comportamento dos governos centrais. No entanto, já no início da década de 90, Rogoff sugeria o interesse de investigar o poder local. Segundo este autor, os testes empíricos referentes à existência de ciclos eleitorais deveriam centrar-se nos instrumentos de políticas orçamentárias tendo em vista ser mais fácil aos governantes manipularem as mesmas do que os agregados macroeconômicos. Afirmava,

ainda, que para variáveis como os impostos e os gastos, seria possível recorrer a dados referentes aos governos locais, com a vantagem de assim se obter um número muito maior de observações do que em análises agregadas.

**Gráfico 2**



Fonte: Cançado e Araújo Junior (2004)

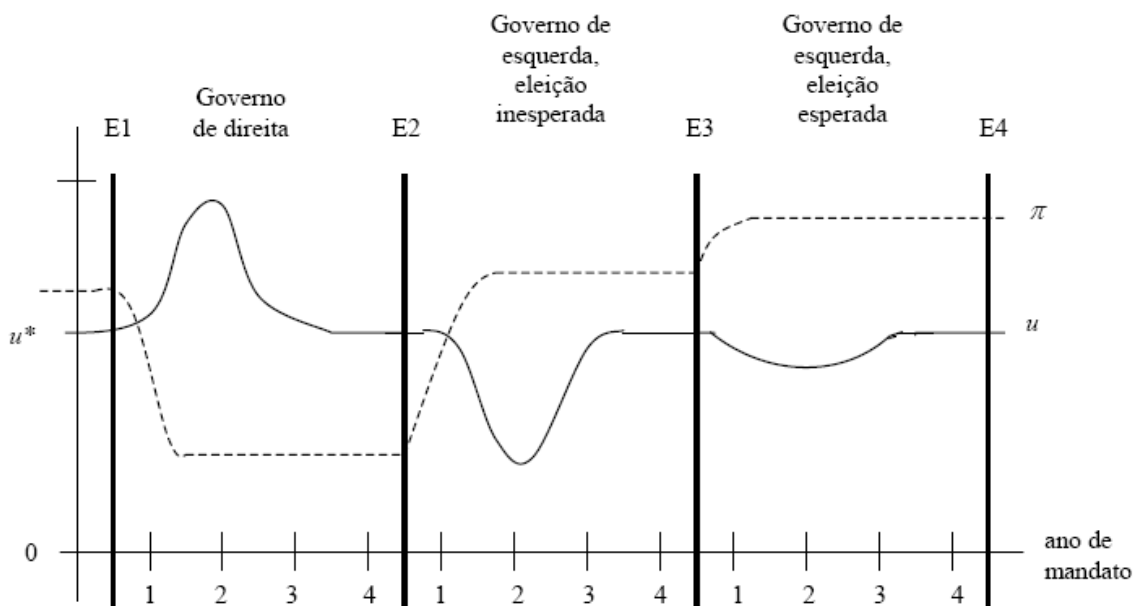
Em Rogoff e Sibert (1988) supõe-se que o governo deva providenciar um montante fixo e observável de bens públicos, sendo a sua competência avaliada pelo montante de impostos que tem de cobrar para fornecê-los. Os autores demonstram que todos os governantes, exceto os menos competentes, aumentam os impostos de forma distorcida na véspera das eleições para transparecerem sua competência. No modelo de Rogoff (1990), que enfatiza a composição das despesas públicas em vez das receitas, os governantes sinalizam a sua competência aumentando as despesas públicas em bens e serviços e em transferências e diminuindo o investimento público, uma vez que este último apenas se torna visível em períodos posteriores. Cançado e Araújo Junior (2004) analisando Rogoff e Sibert (1988) afirmam que o governante, na tentativa de sinalizar que é um bom administrador e maximizar suas chances de reeleição adota política fiscal expansionista, piorando assim sua situação orçamentária no próximo período e criando os ciclos político-orçamentários (*Political Budget Cycles*). E mais, somente um governante competente conseguiria criar esse ciclo reduzindo os impostos e aumentando os gastos públicos. Para Ferreira e Bugarin (2006), citando Rogoff (1990): *A existência de informação incompleta proporciona ao político competente o incentivo de distorcer a política fiscal pré-eleitoral de forma a aumentar sua probabilidade de reeleição.* A questão da ciclicidade política ocorre, portanto, devido a existência de uma assimetria de informação. Assim, os eleitores estariam um pouco defasados no tempo com relação às informações sobre a competência dos governantes.

Nesta fase, a sinalização da competência do *policymaker* evidencia-se na diminuição de impostos no período pré-eleitoral (gerando inflação e elevação da dívida pós eleições),

financiando-se os gastos via senhoriagem ou endividamento. Para os autores, existe uma diferença informacional que pode incentivar a tomada de decisão dos governantes visando à manipulação da política econômica na tentativa de reeleição (dado que os custos de monitoramento podem ser elevados). Tufte (1978) argumenta que empiricamente se observa um maior impacto de transferências governamentais e corte de impostos nos ciclos político-econômicos quando comparados às políticas monetárias.

Outra vertente dos ciclos políticos começa, no final dos anos 80, a questionar essa interação entre *policymakers* e eleitores. Segundo esta vertente, representada, principalmente, nos trabalhos de Alesina (1987) e Alesina e Roubini (1992), é necessário levar em consideração algo mais além do fato de que os eleitores são plenamente racionais e que os partidos políticos, uma vez no poder, direcionam suas ideologias a fim de implementá-las. Esse algo mais é caracterizado pela incerteza sobre as preferências dos eleitores: os partidos políticos podem apresentar projetos distintos, mesmo dividindo as mesmas informações da preferência do eleitorado, já que não há certeza acerca destas preferências. Os eleitores, de acordo com o gráfico 3, não sabendo qual partido estará no poder, geram expectativas (e negociam seus salários) a partir da probabilidade de cada partido ganhar a eleição (através das pesquisas de intenção de voto). Portanto, é a presença no poder de um determinado partido político, que justifica a condução da política econômica e/ou fiscal, deixando a margem a questão cíclica oportunista (informações sobre o desempenho da economia acabam tornando-se um pouco irrelevantes).

**Gráfico 3**



Fonte: Preussler e Portugal (2002)

O Quadro 1 resume as quatro vertentes dos ciclos políticos, bem como seus principais referenciais teóricos, até aqui analisados. De um lado a dicotomia dos eleitores (agentes econômicos) e suas expectativas; de outro, a dicotomia dos *policymakers* e seus partidos.

Na literatura dos ciclos políticos, os benefícios que provêm da manipulação eleitoreira são enfatizados pelos chamados modelos de ciclos políticos oportunistas, enquanto que os custos são enfatizados pelos modelos de controle eleitoral, conforme classificação sugerida por Meneguín e Bugarín (2001). Eles propuseram um modelo segundo o qual um governante tende a maximizar suas ações dentro de um mandato, sem se preocupar com os efeitos

futuros, caso não vislumbre a possibilidade de reeleição. Neste contexto, estes autores e Nakaguma (2006) defendem a reeleição como uma forma de contenção de gastos. O aumento da consciência do eleitorado, a partir da própria exposição a um número mais elevado de alternativas políticas, permite que seja avaliada de maneira cada vez mais rigorosa tanto a própria oferta política, quanto a gestão dos governos no poder. Além disso, neste contexto de competição política, a manutenção de práticas de manipulação eleitoral fica limitada. Este perfil de eleitor mais consciente acaba impondo certa disciplina aos gastos públicos.

**Quadro 1**

VOTANTES	HIPÓTESES	PARTIDOS	
		OPORTUNISTAS	IDEOLÓGICOS
	TRADICIONAIS	Teoria oportunista Nordhaus (1975) Lindbeck (1976)	Teoria partidária Hibbs (1977) Frey e Lau (1968)
RACIONAIS	Teoria oportunista racional Rogoff e Sibert (1988) Rogoff (1990)	Teoria Partidária racional Alesina (1987) Alesina e Sachs (1988)	

Fonte: Adaptado de Martins (2002)

### 3- METODOLOGIA

De acordo com a classificação proposta por Collis e Hussey (2005), podemos situar o presente trabalho como uma pesquisa analítica ou explanatória, pois o nosso objetivo é entender fenômenos, descobrindo e mensurando relações entre eles. Em relação ao processo de pesquisa, classifica-se como quantitativa, pois está focalizado na mensuração de fenômenos. No que tange à lógica da pesquisa, podemos classificá-la como dedutiva, pois uma estrutura teórica e conceitual é desenvolvida e depois testada pela observação empírica. Quanto ao resultado da pesquisa, ela é básica, pois o problema da pesquisa é de natureza menos específica e a pesquisa está sendo conduzida, primordialmente, para aumentar nosso entendimento de questões gerais, sem ênfase em aplicação imediata.

A pergunta de pesquisa a responder é: existem evidências empíricas de manipulações “eleitoreiras” nos municípios do estado do Rio de Janeiro? Caso sejam detectadas evidências de ciclos políticos, onde elas se mostram mais evidentes? Quais as variáveis que mais sofrem influências (aumento ou diminuição) na gestão dos *policymakers*?

O objetivo de analisar o efeito do calendário eleitoral sobre variáveis contábeis municipais não recomenda nem a utilização exclusiva de dados em corte transversal (*cross section*), nem de dados de séries temporais, ainda mais por que o tamanho da amostra era de quarenta observações anuais. Ao proceder à análise empírica dessas questões se utilizou então a metodologia de dados em painel (*panel data*), que combina aqueles dois tipos de dados. Foram estimadas equações de regressão múltipla correspondendo a diversas variáveis dependentes, a saber: despesa orçamentária, corrente, pessoal e encargos, investimento, receita orçamentária, outras transferências da União, outras transferências do Estado. Além destas, foram incluídas as despesas por função: legislativa, agricultura, transporte, educação e cultura, habitação e urbanismo, saúde e saneamento e assistência e previdência. A variável “Receita Orçamentária” foi utilizada como variável explicativa visto que os possíveis impulsos de despesas realizados pelos *policymakers* podem ser explicados pelo aumento no volume de arrecadação da mesma. Já a variável “Resultado Financeiro” foi analisada como variável dependente (a fim de se analisar a realização de *superávits* financeiros) e como variável explicativa. A forma funcional proposta se assemelha à utilizada em Bittencourt (2002) e Nakaguma (2006) que analisaram o comportamento dos gastos públicos realizados

nos estados brasileiros e suas inter-relações com o calendário eleitoral. O método de estimação escolhido foi o do *modelo de Efeitos Fixos*.

Utilizamos a análise de regressão para investigar a relação entre o gasto e seu financiamento, expresso pelas variáveis “Receita Orçamentária” e “Resultado Financeiro”. O programa utilizado para a análise empírica proposta foi o *Statistical Package for the Social Sciences (SPSS) versão 12.0*. Neste caso, estabelecemos uma forma funcional através de uma regressão linear em que se analisa o grau de associação entre os gastos realizados pelas prefeituras fluminenses em ano eleitoral e o fato de o respectivo candidato a prefeito ter sido reeleito ou não. Neste sentido, definimos como “ano (de interesse) eleitoral” os anos imediatamente pré-eleitoral, eleitoral e imediatamente pós-eleitoral, a fim de captar o ciclo de modo mais amplo, tendo como referência anual as eleições de 2000 e 2004. O fato de ter havido reeleição será representado no modelo por uma variável *dummy*, que assumirá o valor 0 se o candidato ou o partido não tiver conseguido se reeleger e o valor 1 caso o candidato ou o partido tenha obtido sucesso no escrutínio.

Como o objetivo principal do presente trabalho é encontrar evidências de ciclos políticos no comportamento dos prefeitos fluminenses, propõe-se a seguinte forma funcional:

$$VD_{it} = \beta_0 + \beta_1.RECORCA_{it} + \beta_2.SUPERFIN_{it} + \beta_3.PDT_{it} + \beta_4.PSDB_{it} + \beta_5.PFL_{it} + \beta_6.PP_{it} + \beta_7.PSB_{it} + \beta_8.OUT\_PARTIDO_{it} + \beta_9.PARTID\_ESQ_{it} + \beta_{10}.MESMODOGO_{it} + \beta_{11}.MESMODOPRESID_{it} + \text{dummies eleitorais} + f_i + v_{it} ,$$

em que **VD** representa cada variável dependente analisada para os municípios; **RECORCA** é a receita orçamentária municipal; **SUPERFIN** é o resultado financeiro, podendo ser superávit ou déficit financeiro; As variáveis *dummies* dos partidos analisados que assumem valor igual a 1 se o prefeito for daquele partido (PDT, PSDB, PFL ...) e 0 nos demais casos; **OUT\_PARTIDO** é o conjunto dos outros partidos da amostra e que foram agrupados nesta variável; **PARTID\_ESQ** é uma variável *dummy* que assume valor igual a 1 caso o prefeito seja de um partido considerado de esquerda e 0 caso contrário; **MESMODOGO** é uma variável *dummy* que assume valor igual a 1 caso haja uma coincidência partidária entre o prefeito e o governador e 0 caso contrário; **MESMODOPRESID** é uma variável *dummy* que assume valor igual a 1 caso haja uma coincidência partidária entre o prefeito e o presidente e 0 caso contrário; **dummies eleitorais** para cada ano do período analisado; **f<sub>i</sub>** é o efeito fixo; **v** é o componente de erro, **i** vem a ser cada município da amostra e **t**, cada ano da amostra. A classificação partidária em “direita” ou “esquerda” foi utilizada em consonância com a proposta realizada em Carreirão (2006) para o estado de Santa Catarina. Neste caso, os partidos PMDB e PSDB, que foram classificados pelo autor como sendo de “centro”, passaram a ser classificados em nosso estudo como de “direita”. Além disso, em alguns casos, consultamos os *sites* dos próprios partidos para dirimir possíveis dúvidas.

A fonte de dados para essa análise é o banco de dados disponibilizado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) que trata das Finanças do Brasil – Receitas e Despesas dos Municípios (FINBRA). Cabe ressaltar que o período analisado (1998 a 2006) foi a maior dimensão temporal possível, visto que antes de 1998 não há disponível, dados contábeis como dívida ativa, ativo e passivo financeiros – alvo de nossa proposta – existindo somente os dados da execução orçamentária. Foram incluídos no estudo apenas aqueles municípios para os quais não faltava nenhuma informação naquele banco de dados; é possível que, se a eliminação tivesse sido algo mais seletiva, a amostra final poderia ter sido um pouco maior. Os valores correntes foram transformados em valores reais de 2006 por meio do deflator implícito do PIB. Finalmente, as variáveis fiscais foram transformadas para valores *per capita* a fim de corrigir eventuais distorções nos resultados devido a “diferenças” entre os municípios.

## 4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

### 4.1 – Despesa Orçamentária

Este item da despesa refere-se à totalidade das despesas municipais. Os resultados (ver tabela 1) sugerem que para cada R\$ 1,00 de receita arrecadada pelos municípios, os governantes gastam R\$ 1,03 evidenciando um ligeiro déficit orçamentário. Já em relação ao superávit financeiro, observamos uma relação inversa (como era de se esperar), ou seja, para cada R\$ 1,00 de caixa economizado, as despesas diminuem R\$ 0,29. Foram encontradas evidências significativas de ajustes pós-eleitorais neste item agregado da despesa. Para as *dummies* de partido, só foram encontradas evidências significativas para o PSDB que possui maiores despesas em relação ao PMDB, o partido de referência. A coincidência partidária entre os prefeitos e o presidente apresenta relação inversa – semelhante ao resultado encontrado em Cossio (2000) para os estados brasileiros – ou seja, pertencer ao mesmo partido do presidente significa redução dos gastos municipais, indicando uma espécie de “pacto de ajuste fiscal” entre os níveis de governo.

### 4.2 – Despesa Corrente

Este item da despesa refere-se aos gastos para a manutenção e o funcionamento dos serviços públicos em geral. Os resultados (ver tabela 1) sugerem que para cada R\$ 1,00 de receita arrecadada pelos municípios, os governantes gastam R\$ 0,77 em despesa corrente. Já em relação ao superávit financeiro, observamos uma relação inversa (como era de se esperar), ou seja, para cada R\$ 1,00 de caixa economizado, as despesas correntes diminuem R\$ 0,19. Não foram encontradas evidências significativas de manipulações eleitoreiras neste item da despesa. Para as *dummies* de partido, foram obtidos resultados estatisticamente significantes para o PDT, PSB e para o agregado “Outros Partidos”, cujos gastos são em média superiores ao PMDB em R\$ 176,51, R\$ 143,54 e R\$ 189,90 *per capita* respectivamente. Para os demais partidos não foram encontradas evidências significativas que indicassem alguma distinção no comportamento ideológico-partidário em relação ao PMDB. Entretanto – inclusive de forma contra-intuitiva (já que o PDT e o PSB são partidos de esquerda) – os partidos de esquerda gastam menos (R\$ 223,39 *per capita*) que os partidos de direita neste item da despesa.

### 4.3 – Despesa de Pessoal e Encargos

Os resultados (ver tabela 1) sugerem que para cada R\$ 1,00 de receita arrecadada pelos municípios, os governantes gastam R\$ 0,25 em despesa com pessoal. De acordo com a tabela de regressão, podemos observar uma preocupação dos *policymakers* com este item da despesa, visto que elas diminuem nos anos eleitorais e pós-eleitorais. Entretanto, não foram encontradas evidências significativas que indicassem alguma distinção no comportamento ideológico-partidário, neste item da despesa, em relação ao PMDB. A coincidência partidária entre os prefeitos e o presidente apresenta relação inversa, indicando - como citado anteriormente - uma espécie de “pacto de ajuste fiscal” entre os níveis de governo.

### 4.4 – Despesa de Investimento

Os resultados (ver tabela 1) sugerem que para cada R\$ 1,00 de receita arrecadada pelos municípios, os governantes investem R\$ 0,24. Foram encontradas evidências significativas de ajustes pós-eleitorais neste item agregado da despesa. Este resultado se assemelha ao encontrado em Nakaguma (2006), indicando a existência de “ajustes fiscais pós-eleitorais” de curto prazo, incidindo principalmente nesta rubrica. Para as *dummies* de partido, são obtidos resultados estatisticamente significantes para o PDT, PSB e para o agregado “Outros Partidos”, cujos gastos são em média inferiores ao PMDB em R\$ 196,15, R\$ 165,62 e R\$ 186,65 *per capita* respectivamente. Já para o PSDB, podemos inferir que este partido investe mais (R\$ 144,29 *per capita*) que o PMDB, o partido de referência. Entretanto – inclusive de forma contra-intuitiva (já que o PDT e o PSB são partidos de esquerda) – os partidos de esquerda investem mais (R\$ 229,55 *per capita*) que os partidos de direita. A coincidência partidária entre os prefeitos e o presidente também apresenta relação inversa, indicando -

como citado anteriormente - uma espécie de “pacto de ajuste fiscal” entre os níveis de governo.

#### 4.5 – Resultado Financeiro

Este item é apurado no balanço patrimonial e, para fins deste trabalho, corresponde à diferença entre o ativo e o passivo financeiros. Como bem salienta Silva (2003), também são incluídos no cálculo os saldos dos créditos adicionais transferidos e operações de crédito a ele vinculados. Os resultados (ver tabela 2) sugerem que para cada R\$ 1,00 de receita arrecadada pelos municípios, os governantes economizam em caixa R\$ 0,12. Os resultados sugerem certa manipulação eleitoreira, visto que foram estatisticamente significativos e com sinal negativo para o ano eleitoral, sugerindo que os prefeitos realizam *superávits* financeiros nos anos anteriores às eleições para “descarregarem” este excesso no ano eleitoral, provavelmente através da abertura de créditos adicionais, para realizarem maiores despesas. Para as *dummies* de partido, foram obtidos resultados estatisticamente significantes para o PSDB e PFL que economizam menos em caixa em relação ao PMDB. Em relação à postura ideológico-partidária, não foram encontradas evidências significativas que indicassem alguma distinção no comportamento desta variável (partidos de direita e de esquerda).

Tabela 1. Resultado das Regressões – Método de Efeitos Fixos.

VARIÁVEL	DESPEZA ORÇAMENTÁRIA	DESPEZA CORRENTE	DESPEZA PESSOAL	DESPEZA INVESTIMENTO
CONSTANTE	-85,826	149,269**	390,620***	-236,681***
ANO PRÉ-ELEITORAL	-9,927	17,804	4,835	-24,207
ANO ELEITORAL	-28,732	-5,298	-31,919*	-15,700
ANO PÓS-ELEITORAL	-39,522**	-1,630	-38,576**	-38,303*
DUMMY LRF	-18,790	11,449	69,708***	-21,613
PREF_PDT	-46,102	176,512***	-39,345	-196,151***
PREF_PSDB	100,275**	-33,857	10,181	144,285***
PREF_PFL	-38,821	-40,648	-37,274	3,126
PREF_PP	-27,634	-70,610	-44,885	46,099
PREF_PSB	-53,078	143,742**	-17,742	-165,623***
OUTROS PARTIDOS	-25,938	189,896***	-29,624	-186,654***
PARTIDOS DE ESQUERDA	27,885	-223,387***	-7,407	229,548***
PARTIDO PREF. = GOVERN.	-18,056	9,113	-10,933	-25,642
PARTIDO PREF. =PRESID.	-143,864***	-62,471	-64,625**	-78,996*
REC. ORCAMENTARIA	1,031***	,773***	,245***	,241***
RESULTADO FINANCEIRO	-,294***	-,188***	-,032	-,085**
R <sup>2</sup> ajust	0,989	0,970	0,940	0,789
ESTATÍSTICA - F	623,802	218,678	105,733	25,81

\*\*\*, \*\*, \* - Significância ao nível de 1%, 5% e 10% respectivamente. Em todas as equações, o teste F alcançou um p-valor < 0,1%.

#### 4.6 – Restos a Pagar Processados

Neste item (ver tabela 2), podemos observar certa preocupação dos *policymakers* em relação à probabilidade de reeleição, visto que os resultados foram estatisticamente significativos e com sinal negativo para o ano eleitoral. Portanto, preocupados com o ônus das dívidas contraídas (ou mesmo com as exigências da LRF), os governantes mostraram-se fiscalmente mais conservadores neste item. O superávit financeiro apresenta uma relação inversa (como era de se esperar), ou seja, para cada R\$ 1,00 de caixa economizado R\$ 0,12 estão relacionados com inscrição em restos a pagar. Os partidos PSDB e PP inscrevem menos em restos a pagar (R\$ 70,86 e R\$ 45,02 *per capita* respectivamente) que o PMDB. Em relação à postura ideológico-partidária, não foram encontradas evidências significativas que indicassem alguma distinção para esta variável (partidos de direita e de esquerda).

#### 4.7 – Dívida Ativa

Os resultados sugerem certa manipulação eleitoreira, visto que foram estatisticamente significativos e com sinal negativo para o ano eleitoral, sugerindo que nestes anos (2000 e 2004) acontecem menores inscrições (ou redução por baixa, prescrição etc.) de devedores na dívida ativa municipal. O superávit financeiro apresenta uma relação inversa (como era de se esperar), ou seja, para cada R\$ 1,00 de caixa economizado, a dívida ativa diminui R\$ 0,17. Para as *dummies* de partido, foram obtidos resultados estatisticamente significantes para o PFL e PSB, em que este aparece com sinal positivo, sugerindo que este partido inscreve, na média, mais que o PMDB. Já o PFL aparece com sinal negativo, sugerindo que este partido inscreve, na média, menos que o PMDB. Para os demais partidos, não foram encontradas evidências significativas que indicassem alguma distinção no comportamento ideológico-partidário, nesta variável, em relação ao PMDB.

Tabela 2. Resultado das Regressões – Método de Efeitos Fixos.

VARIÁVEL	RESULTADO FINANCEIRO	RESTOS A PAGAR	DÍVIDA ATIVA
CONSTANTE	-203,345**	124,938***	1287,807***
ANO PRÉ-ELEITORAL	-24,434	6,903	-7,408
ANO ELEITORAL	-69,674**	-20,412**	-73,825***
ANO PÓS-ELEITORAL	-8,817	-10,223	-42,104
DUMMY LRF	180,111***	-29,619***	146,661***
PREF_PDT	-117,313	20,298	17,913
PREF_PSDB	-128,889*	-70,859***	-24,036
PREF_PFL	-145,212**	-24,050	-94,020*
PREF_PP	-56,270	-45,017**	30,806
PREF_PSB	-81,041	10,556	146,840*
OUTROS PARTIDOS	-130,700*	9,742	-18,949
PARTIDOS DE ESQUERDA	-72,106	-40,595	-97,826
PARTIDO PREF. = GOVERN.	3,617	-1,630	-5,083
PARTIDO PREF. =PRESID.	67,398	3,227	60,961
REC. ORCAMENTARIA	,118***	,011	,035
RESULTADO FINANCEIRO		-,121***	-,167***
R <sup>2</sup> ajust	0,617	0,392	0,842
ESTATÍSTICA - F	11,909	5,282	36,543

\*\*\*, \*\*, \* - Significância ao nível de 1%, 5% e 10% respectivamente. Em todas as equações, o teste F alcançou um p-valor < 0,1%.

#### 4.8 – Despesas por Função

Os resultados (tabelas 3 e 4) sugerem que para cada R\$ 1,00 de receita arrecadada pelos municípios, os governantes gastam (*per capita*) R\$ 0,03 em agricultura, R\$ 0,17 em educação e cultura, R\$ 0,03 em previdência e assistência social, R\$ 0,29 em saúde e saneamento, R\$ 0,03 em transporte, R\$ 0,10 em habitação e urbanismo. Entretanto as despesas legislativas aparecem com sinal negativo sugerindo prováveis cortes (cerca de R\$ 0,01 *per capita*) nesta rubrica. Já em relação ao superávit financeiro, podemos inferir que somente as despesas com agricultura e educação e cultura foram significativas. Além disso, apresentaram sinal negativo, indicando uma relação inversa, ou seja, para cada R\$ 1,00 de caixa economizado, as despesas diminuem R\$ 0,02 e R\$ 0,06 respectivamente. Foram encontradas evidências estatisticamente significativas de impulsos positivos das despesas, no período eleitoral, especificamente nas rubricas “Transporte” e “Despesas Legislativas” indicando serem estas, as variáveis que mais sofreram manipulações de caráter eleitoral. Já no período pós-eleitoral podemos observar reduções nas rubricas “Saúde e Saneamento” e “Habitação e Urbanismo”, sugerindo a existência de “ajustes fiscais pós-eleitorais” de curto prazo (assim como na despesa de investimentos). Entretanto podemos observar também

elevações nas rubricas “Educação e Cultura” e “Transporte”. No que tange às *dummies* de partido, podemos inferir que o PP gasta menos nas despesas legislativas e que o PDT e o PSB gastam menos em agricultura, assistência e previdência social e habitação e urbanismo, em relação ao PMDB, o partido de referência. Entretanto, podemos observar também – inclusive de forma contra-intuitiva (já que o PDT e o PSB são partidos de esquerda) – que os partidos de esquerda gastam mais em agricultura, assistência e previdência social e habitação e urbanismo que os partidos considerados de direita.

Tabela 3. Resultado das Regressões – Método de Efeitos Fixos.

VARIÁVEL	AGRICULTURA	EDUCAÇÃO E CULTURA	ASSISTENCIA E PREVIDENCIA	SAÚDE E SANEAMENTO
CONSTANTE	-47,180***	146,389***	-18,427	-11,261
ANO PRÉ-ELEITORAL	3,817	-2,722	1,344	-10,773
ANO ELEITORAL	-,439	7,391	,044	-17,827
ANO PÓS-ELEITORAL	3,971	23,281***	10,138	-26,913*
DUMMY LRF	-3,168	-11,097	13,516*	-2,997
PREF_PDT	-23,884**	11,875	-50,669***	15,083
PREF_PSDB	10,977	1,291	-23,180	-47,335
PREF_PFL	-8,921	-7,084	-1,864	-8,961
PREF_PP	1,740	3,994	-6,264	-44,180
PREF_PSB	-23,989**	25,745	-61,166***	45,497
OUTROS PARTIDOS	-27,293***	29,039	-51,008***	38,875
PARTIDOS DE ESQUERDA	26,611***	-31,009	51,391***	-14,107
PARTIDO PREF. = GOVERN.	-4,863	1,395	-16,871***	-17,654
PARTIDO PREF. =PRESID.	-4,585	-14,646	20,289	-15,398
REC. ORCAMENTARIA	,033***	,165***	,033***	,288***
RESULTADO FINANCEIRO	-,021***	-,056***	,013	-,038
R <sup>2</sup> ajust	0,862	0,940	0,819	0,904
ESTATÍSTICA - F	42,585	104,342	31,167	63,352

\*\*\*, \*\*, \* - Significância ao nível de 1%, 5% e 10% respectivamente. Em todas as equações, o teste F alcançou um p-valor < 0,1%.

Tabela 4. Resultado das Regressões – Método de Efeitos Fixos.

VARIÁVEL	TRANSPORTE	HABIT. / URBANISMO	DESP. LEGISLATIVAS
CONSTANTE	-33,886	49,302	104,699***
ANO PRÉ-ELEITORAL	6,486	-7,555	1,826
ANO ELEITORAL	13,787*	-18,571	11,671***
ANO PÓS-ELEITORAL	22,807***	-27,941**	,641
DUMMY LRF	-19,226**	21,791	-13,754***
PREF_PDT	-2,795	-89,268**	-1,266
PREF_PSDB	-11,535	59,719	-2,541
PREF_PFL	-8,732	1,529	-11,308
PREF_PP	13,779	18,337	-19,999***
PREF_PSB	12,031	-103,215***	-6,097
OUTROS PARTIDOS	-20,565	-91,887***	-2,399
PARTIDOS DE ESQUERDA	7,846	72,082**	-9,414
PARTIDO PREF. = GOVERN.	-7,223	3,471	-,818
PARTIDO PREF. =PRESID.	46,350***	-81,667***	-7,267
REC. ORCAMENTARIA	,030***	,098***	-,009***
RESULTADO FINANCEIRO	-,020	-,024	-,009
R <sup>2</sup> ajust	0,711	0,713	0,753
ESTATÍSTICA - F	17,38	17,527	21,218

\*\*\*, \*\*, \* - Significância ao nível de 1%, 5% e 10% respectivamente. Em todas as equações, o teste F alcançou um p-valor < 0,1%.

Por fim, a coincidência partidária entre prefeitura e Estado/União apresenta relação inversa para os gastos com assistência e previdência social e habitação e urbanismo, ou seja, pertencer ao mesmo partido do governador/presidente significa redução destes gastos, indicando uma espécie de “pacto de ajuste fiscal” entre os níveis de governo. Porém os gastos em transporte apresentam relação direta para a coincidência partidária entre prefeito e presidente. Para a *dummy* LRF, foram encontradas evidências estatisticamente significativas para as variáveis: “Assistência e Previdência Social”, “Transporte” e “Despesas Legislativas”, indicando a importância da Lei de Responsabilidade Fiscal nestas rubricas. As variáveis “Outras Transferências da União” e “Outras Transferências dos Estados” apresentaram coeficientes  $R^2$  ajustados muito baixos (variando em torno de 12%) e, praticamente, sem significância estatística, não sendo, portanto, consideradas para esta análise.

## 5. CONCLUSÕES

Tradicionalmente, os estudos sobre os chamados Ciclos Políticos – ou seja, sobre a existência de relação cíclica entre eleições e variáveis socioeconômicas – adotam abordagem macroeconômica. Outra abordagem do estudo dos ciclos políticos está relacionada com a análise do comportamento dos gastos públicos (à *la Rogoff*), porém com preocupação basicamente na análise fiscal. Em seu ilustrativo estudo, Preussler e Portugal (2003) vão além destas abordagens e analisam também o comportamento da variável déficit fiscal e sua relação com a ocorrência de eleições. Bittencourt (2002) também utilizou esta abordagem e, além disso, analisou as despesas por função para os estados brasileiros. Meneguín e Bugarín (2001) introduziram a variável dívida consolidada líquida, deixando aberta a via para estudos que tratem mais diretamente de variáveis relacionadas à Contabilidade Governamental.

O presente trabalho se filia aos estudos que buscam a interação da Contabilometria com a Contabilidade Governamental no que diz respeito à análise de informações quantitativas e qualitativas sobre um eventual comportamento político “oportunista” (ou “cíclico”) por parte dos governantes ou dos partidos. A principal inspiração teórica desses estudos se encontra na chamada Teoria dos Ciclos Políticos, desenvolvida e testada em diversos trabalhos acadêmicos. Segundo a teoria, é esperado que haja repetição periódica, ou “eleitoralmente cíclica”, de ações visando beneficiar o(s) ator(es) político(s) envolvido(s).

O objetivo do trabalho foi alcançado, uma vez que foi verificado empiricamente o fato de que, no período estudado, o “ano eleitoral” exerce influência sobre o comportamento da gestão pública nos municípios fluminenses. Os resultados sugerem que, para os municípios fluminenses, o calendário eleitoral exerce influência (estatisticamente) significativa sobre determinadas variáveis relativas ao orçamento público, mesmo descontando o efeito específico do que ocorreu em cada município (a localização geográfica, por exemplo).

Foram encontradas evidências estatisticamente significativas de impulsos positivos das despesas, no período eleitoral, especificamente nas rubricas “Transporte” e “Despesas Legislativas” indicando serem estas, as variáveis que mais sofreram manipulações de caráter eleitoral. Os partidos de esquerda gastam mais em despesas de investimentos e menos em despesas correntes. Em relação ao resultado financeiro, os resultados sugerem certa manipulação eleitoreira, visto que foram estatisticamente significativos e com sinal negativo para o ano eleitoral, sugerindo que os prefeitos realizam *superávits* financeiros nos anos anteriores às eleições para “descarregarem” este excesso no ano eleitoral, provavelmente através da abertura de créditos adicionais, para realizarem maiores despesas. A coincidência partidária entre os prefeitos e o governador/presidente apresenta relação inversa, ou seja, pertencer ao mesmo partido destes significa redução dos gastos municipais, indicando uma espécie de “pacto de ajuste fiscal” entre os níveis de governo. No que tange aos Restos a Pagar, podemos observar certa preocupação dos *policymakers* em relação à probabilidade de reeleição, visto que os resultados foram estatisticamente significativos e com sinal negativo

para o ano eleitoral. Portanto, preocupados com o ônus das dívidas contraídas (ou mesmo com as exigências da LRF), os governantes mostraram-se fiscalmente mais conservadores. Os resultados sugerem, também, manipulações de caráter eleitoral para a variável “Dívida Ativa”, visto que os coeficientes foram estatisticamente significativos e com sinal negativo para o ano eleitoral, sugerindo que nestes anos (2000 e 2004) acontecem menores inscrições (ou redução por baixa, ou por prescrição etc) de devedores na dívida ativa municipal.

Bittencourt (2002, p. 37) afirma que a habilidade dos eleitores para avaliar as escolhas políticas dos mandatários difere entre grupos. Uma parcela do eleitorado está, por suposição, “informada”, enquanto que outra parcela é “desinformada” e somente observa os instrumentos de política que diretamente afetam sua utilidade. Além disso, argumenta o autor, o governo pode - *através de técnicas engenhosas de contabilidade* - obstruir a habilidade do eleitor de avaliar a necessidade do endividamento. Para o autor, o acesso livre à mídia pode ajudar os eleitores a superar este problema, mas essas informações requerem recursos (rádio, televisão, jornais) e destreza para processá-las, e tempo, e nenhum destes atributos é igualmente distribuído entre a população.

Entretanto, para nós, em sintonia com as demandas sociais pela maior transparência, a Contabilidade, como ciência e como prática profissional, é que deve assumir seu papel de intermediador da comunicação entre o governo e os interessados nas informações relevantes. A divulgação de informações mais claras, mais confiáveis e mais transparentes caracteriza uma legítima preocupação dos tomadores de decisão, pois os diversos agentes que interagem com o Governo estão cada vez mais interessados na correta aplicação dos seus tributos. Logo, a Contabilidade não pode e nem deve sofrer influências com as mudanças de governo, mantendo-se fiel às suas premissas básicas como ciência da informação. A transparência das ações governamentais não esgota a busca da *accountability* durante os mandatos, porém é um requisito fundamental para a efetivação de seus instrumentos institucionais, pois sem informações confiáveis, relevantes e oportunas, não há possibilidade de os atores políticos e sociais ativarem os mecanismos de responsabilização.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALESINA, Alberto. Macroeconomic policy in a two-party system as a repeated game. *Quarterly Journal of Economics*. vol. 102, p. 651-678, 1987.

ALESINA, Alberto; SACHS, Jeffrey. Political Parties and Business Cycle in the United States, 1948-84. *Journal of Money, Credit and Banking*, vol. 20, 1988.

BITTENCOURT, Jeferson Luis. *Evidências de ciclos políticos na economia brasileira: um teste para a execução orçamentária dos governos estaduais – 1983/2000*. 142 f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Programa de Pós-graduação em Economia. UFRS. 2002.

BORSANI, Hugo. Eleições e economia: Instituições Políticas e Resultados Macroeconômicos na América Latina (1979-1998). Ed. UFMG, Belo Horizonte, 2003.

CANÇADO Paulo Lopes; ARAUJO JR, Ari Francisco de. Economics and Politics: o que determina as chances de reeleição em municípios? O caso das eleições municipais de Minas Gerais – 2000. *Ibmec MG Working Paper – WP26*. 2004.

CARREIRÃO, Yan de Souza. Ideologia e partidos políticos: um estudo sobre coligações em Santa Catarina. *Opinião Pública*, Campinas, vol. 12, nº 1, Abril/Maio, p. 136-163. 2006.

COLLIS, Jill; HUSSEY, Roger. Pesquisa em administração: um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação. Porto Alegre: Bookman, 2 ed. 2005.

COSSIO, Fernando Andrés Blanco. O comportamento fiscal dos estados brasileiros e seus determinantes políticos. *Economia*, vol.2, n.1, p.207-258, 2001.

DOWNS, Anthony. Economic Theory of Political Action in a Democracy. *Journal of Political Economy*, vol. 65, nº 2, abril, 1957.

FERREIRA, Ivan Fecury Sydrião; BUGARIN, Maurício Soares. Transferências Voluntárias e Ciclo Político-Orçamentário no Federalismo Fiscal Brasileiro. Ibmeq SP Working Paper - WP 16. 2006.

HIBBS, Douglas A. Jr. Political parties and macroeconomic policy. *American Political Science Review*: Vol. 71, p. 1467-1487. Dezembro 1977.

MARTINS, Rodrigo Caldeira. (2002), As Teorias de Ciclos Políticos e o Caso Português. Grupo de Estudos Monetários e Financeiros (GEMF), Disponível em: [http://www4.fe.uc.pt/gemf/estudos/pdf/2002/gemf02\\_05.pdf](http://www4.fe.uc.pt/gemf/estudos/pdf/2002/gemf02_05.pdf). Acesso em 25 set 2007.

MENEGUIN, Fernando B; BUGARIN, Maurício Soares. Reelection e política fiscal: um estudo dos efeitos da reeleição nos gastos públicos. *Economia Aplicada*: vol 5, nº 3, 2001. 15

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. O que leva um Governante à Reelection? *Série Textos para Discussão*. Texto nº 305. UnB. 2003.

NAKAGUMA, Marcos Yamada. *Ciclos Políticos e Resultados Eleitorais: um estudo sobre o comportamento do eleitor brasileiro*. Dissertação (Mestrado em Economia) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade - Universidade de São Paulo. FEA-USP. 2006.

NORDHAUS, William. The political business cycle. *Review of Economic Studies*, vol. 42, p. 169-190, 1975.

PREUSSLER, Athos Prates da Silveira; PORTUGAL, Marcelo Savino. Um estudo empírico dos ciclos político-econômicos no Brasil. *Análise Econômica*, v. 21, n. 40, p. 179-205, 2003.

ROGOFF, Kenneth; SIBERT, Anne. Elections and macroeconomic policy cycles. *Review of Economic Studies*: Vol. 55:1, p. 1-16, 1988.

ROGOFF, Kenneth. Equilibrium political budget cycles. *The American Economic Review*. Vol. 80, págs 21-26, 1990.

SILVA, Lino Martins da. *Contabilidade Governamental*. São Paulo: Atlas, 2003.

TUFTE, Edward. *Political Control of the Economy*. Princeton, N J: Princeton University Press.1978.

VEIGA, Linda Gonçalves; VEIGA, Francisco José. . Ciclos Político-Econômicos nos Municípios Portugueses. *II Conferência do Banco de Portugal*. “Desenvolvimento Económico Português no Espaço Europeu”. Universidade do Minho. 2004.